



Potencial ecoturístico de projetos de assentamento de reforma agrária no Estado do Tocantins

Ecotourism potential of agrarian reform settlement projects in the State of Tocantins (Brazil)

Gisele Milaré, Lícia Priscila Nogueira Azevedo, Stella Costa Santos do Vale

RESUMO: Uma nova ruralidade vem sendo defendida no sentido da diversificação de atividades econômicas no meio rural. O desenvolvimento econômico não se restringe somente as atividades agrícolas, mas abrange uma gama de atividades, como o ecoturismo. De modo que o ecoturismo pode ser inserido nessa nova ruralidade como oportunidade de emprego e renda para projetos de assentamento de reforma agrária. O ecoturismo, além dos benefícios econômicos, contribui para a conservação de recursos naturais. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo o mapeamento dos projetos de assentamento do Estado do Tocantins com potenciais para desenvolvimento de atividades de ecoturismo, de forma a contribuir para ações de planejamento e gestão, fornecendo informações para atuação de entidades públicas e privadas. Para isso, foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento para o cruzamento de informações espaciais do potencial turístico do Zoneamento Ecológico-econômico e das Unidades de conservação com informações espaciais de projetos de assentamento. No Estado do Tocantins, dentre os 347 projetos de assentamento avaliados, 141 (40%) se localizam em área com potencial ecoturístico, sendo que destes, 106 apresentam potencial para atividades de ecoturismo e 35 para turismo de praia. Isso representa um total de 10.600 famílias que podem ser beneficiadas com geração de renda atrelada à consciência e preservação ambiental através de projetos de ecoturismo.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos; Ecoturismo; Geoprocessamento; Mapeamento e Planejamento.

ABSTRACT: A new rurality has been championed in the sense of diversifying economic activities in rural areas. Economic development is not restricted only as agricultural activities, but a range of activities, including ecotourism. So ecotourism can be applied in this new rurality as a work opportunity in agrarian reform settlement projects. Ecotourism, besides economic benefits, contributes to the conservation of natural resources. In this context, the present work has the aim of mapping the settlement projects of the State of Tocantins with potential for the development of ecotourism activities. In this sense, geoprocessing tools for spatial intersection of the tourist potential of the Ecological-Economic Zoning and the Conservation Units with spatial information of settlement projects were integrated. In the state of Tocantins, of 347 settlement projects analyzed, 141 (40%) are in an area with ecotourism potential, of which 106 are potentially useful for ecotourism activities and 35 for beach tourism, representing 10,600 families that may be benefited with income generation and environmental awareness through ecotourism projects.

KEYWORDS: Settlements Projects; Ecotourism; Geoprocessing; Mapping and Planning.

Introdução

Recentemente tem se multiplicado as referências à existência de um processo de modificação no cenário rural brasileiro, que implica a constituição de um “novo rural” (ALENTEJANO, 2015). Diversos autores defendem que atualmente o campo não pode ser atrelado somente ao desenvolvimento de atividades agrícolas, pois com o surgimento desse novo modelo que abrange novas atividades e serviços, somados às tradicionais funções do campo, surge uma nova dinâmica ao meio rural (SILVA, 1996; MATTEI, 2004).

Em sua essência, a principal atividade desenvolvida em projetos de assentamento de reforma agrária é a produção agrícola. Entretanto, sob a ótica desse novo rural, alguns projetos de assentamento apresentam potencialidades para diversificação de suas atividades. Nesse contexto, o turismo e outras atividades surgem no cenário econômico nos últimos 15 anos como uma alternativa encorajada inclusive pelo poder público (GALVÃO *et al.*, 2018).

O turismo no espaço rural viria a complementar a renda advinda da atividade agropecuária, além de contribuir para que os moradores permaneçam em seus lotes, colaborando para a diminuição do êxodo rural (SANTOS; THOMAS, 2004).

Dentro do turismo, o segmento Ecoturismo utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação, com a finalidade de buscar a formação de uma consciência ambiental e promover o bem-estar da população local (TIES, 2015).

Para Strenzel e Rampelotto (2012), o ecoturismo se caracteriza como uma atividade que busca valorizar as primícias ambientais, sociais, culturais e econômicas e inclui a interpretação ambiental como um fator importante durante as experiências turísticas.

O ecoturismo vem crescendo como atividade econômica, e o número de turistas nessa modalidade tem crescimento maior do que o tradicional, evidenciando um aumento na escolha do consumidor aos serviços atrelados a questões de respeito socioambiental. No Brasil, em 2017 o ecoturismo foi à segunda motivação de fluxos de turistas estrangeiros no país, se mantendo estável em relação a 2016 (BRASIL, 2018).

Embora este seja analisado e concebido pela ótica da sustentabilidade, ele também ocasiona impactos socioambientais, por isso sua execução impescinde a adoção de algumas premissas básicas, sobretudo, referentes ao planejamento, à participação, à organização, e à capacitação dos atores envolvidos (RODRIGUES, 2004).

O mapeamento do potencial turístico e o planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento dessas atividades tornam-se imprescindíveis para evitar seu crescimento descontrolado, que levaria a descaracterização e a perda da originalidade das destinações que motiva o fluxo de turistas (RUSCHMANN, 2001).

Para que o ecoturismo possa alcançar seus objetivos, é necessária uma análise criteriosa que leve em consideração, entre outros, o Zoneamento ecológico-econômico, que tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental. Este mecanismo de gestão ambiental consiste na delimitação de zonas ambientais e atribuição de usos e atividades compatíveis segundo as características (potencialidades e restrições) de cada uma delas (BRASIL, 2002).

Nesse contexto de atividade ecoturística, a inserção de projetos de assentamento como alvo de planejamento e gestão se torna uma oportunidade de conciliação de geração de emprego e renda com a conservação dos recursos naturais, pois, segundo Lindberg e Hawkins (2001), promover o ecoturismo em áreas naturais que são desprovidas de proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas, por iniciativa própria, e não devido às pressões externas.

Assim, este trabalho teve como objetivo o mapeamento dos projetos de assentamento com potenciais para desenvolvimento de atividades de ecoturismo, de forma a contribuir para ações de planejamento e gestão, fornecendo informações para atuação de entidades públicas e privadas.

Material e Métodos

Localização da área de estudo

O Estado do Tocantins possui 347 projetos de assentamento de reforma agrária, com 22.708 famílias assentadas em 1.187.656 ha (INCRA, 2018), representando 5,2% do território estadual, evidenciando sua importância dentro do cenário estadual (Figura 1, próxima página).

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada para o levantamento dos dados desta pesquisa foi realizada com base nas seguintes etapas: levantamento dos dados do Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE) do Estado do Tocantins (DETZEL et al., 2017) nas categorias de ecoturismo e turismo de praia; organização dos dados relativos aos projetos de assentamento do Estado do Tocantins; análise espacial cruzando as informações sobre áreas de potencial turístico no Tocantins levantadas com o limite dos projetos de assentamento (INCRA, 2018); análise espacial de áreas de interseção entre os projetos de assentamento e Unidades de Conservação (UC); organização do banco de dados e elaboração dos mapas.

Para realização das análises espaciais utilizou-se o software QGIS (QGIS Development Team, 2014).

Resultados

No Tocantins, as áreas de potencial ecoturístico se concentram principalmente na região sudeste e oeste, região rica em belezas cênicas e recursos naturais evidenciados pela presença de Unidades de Conservação (UC).

Dentre os 347 projetos de assentamento avaliados, 141 (40%) se localizam em área com potencial ecoturístico (Figura 2), sendo que destes, 106 apresentam potencial para atividades de ecoturismo (Quadro 1) e 35 para turismo de praia (Quadro 2), isso representa um total de 10.600 famílias que podem ser beneficiadas com geração de renda atrelada a consciência e preservação ambiental.

Em termos conceituais, o turismo de praia pode ser definido como uma atividade turística relacionada à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. Já o ecoturismo, é mais abrangente, constituindo o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a

formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTUR, 2018).

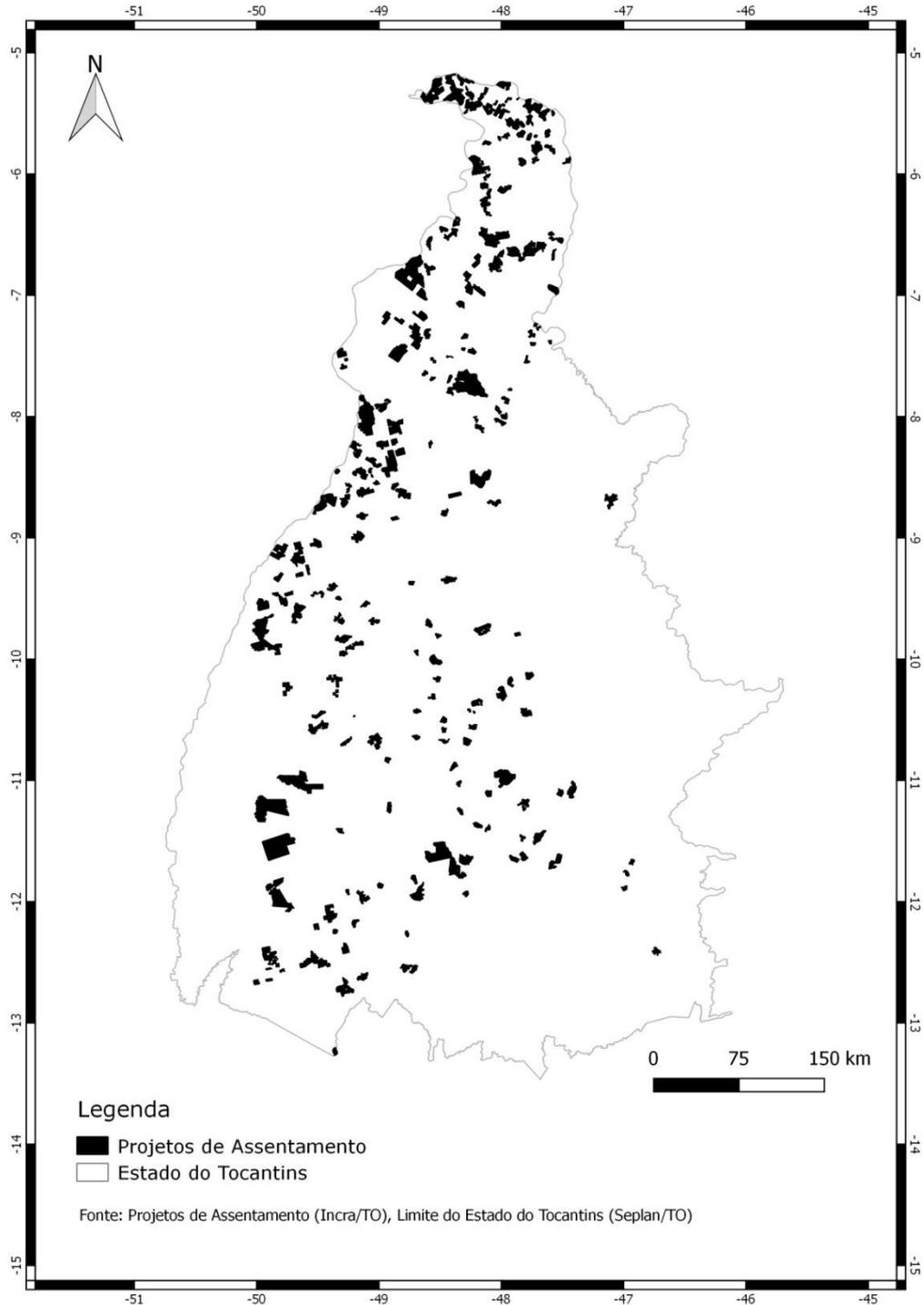


Figura 1: Projetos de assentamento no Estado do Tocantins (Sistema de coordenadas geográficas, Datum SIRGAS 2000). **Fonte:** elaboração das autoras (2019).

Figure 1: Settlement projects in the State of Tocantins (Geographic coordinate system, Datum SIRGAS 2000). **Source:** author's elaboration (2019).

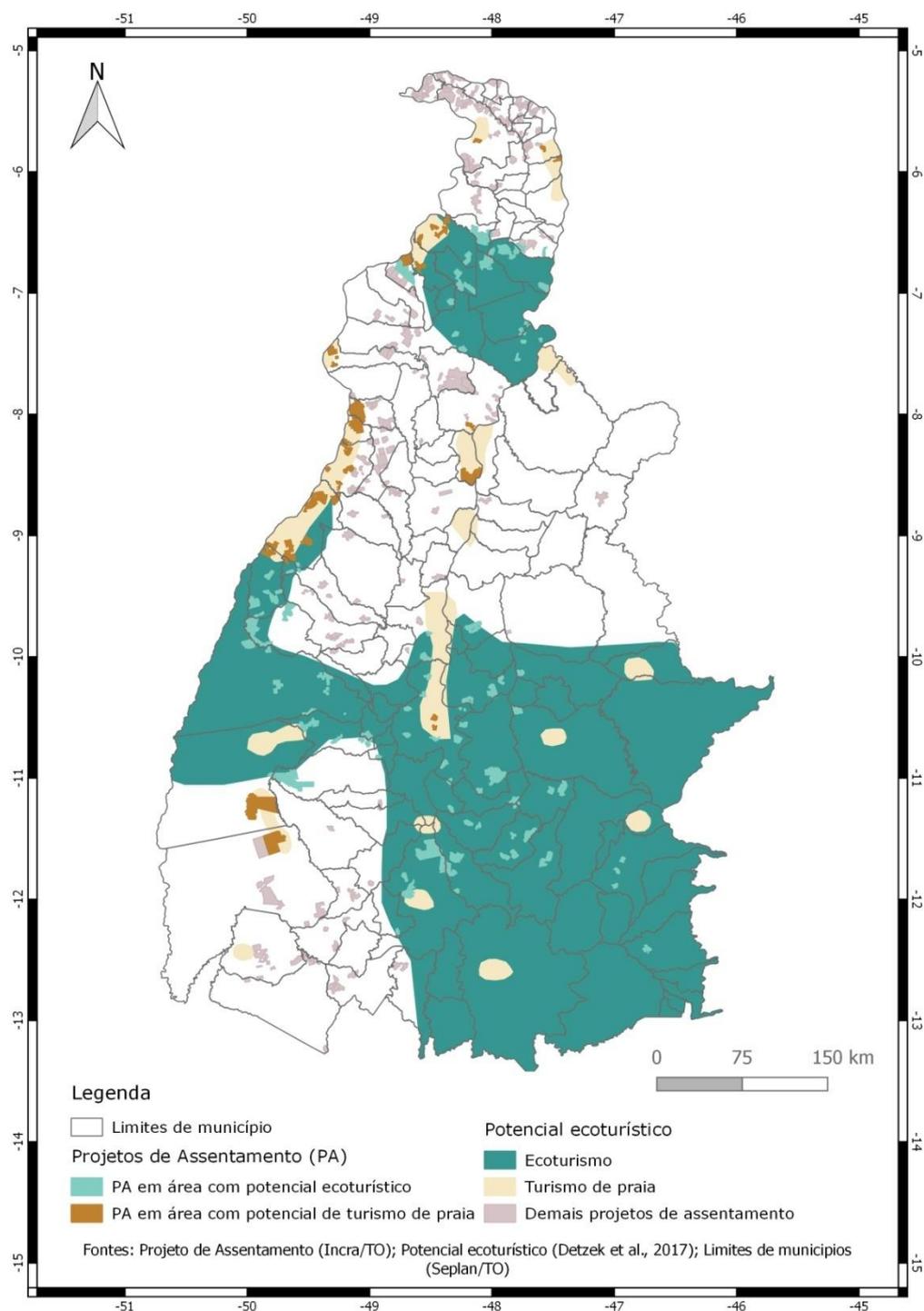


Figura 2: Projetos de assentamento em áreas potenciais para o ecoturismo (Sistema de coordenadas geográficas, Datum SIRGAS 2000).

Figure 2: Settlement projects in potential areas for ecotourism (Geographic coordinate system, Datum SIRGAS 2000).

Fonte: elaboração das autoras (2019).

Source: author's elaboration (2019).

Quadro 1: Projetos de assentamento inseridos em área potencial de ecoturismo - categoria Ecoturismo.**Frame 1:** Settlement projects inserted in potential ecotourism area - Ecotourism category.

Projeto de Assentamento	Município	Número de famílias	Projeto de Assentamento	Município	Número de famílias
1º de Maio	Caseara	97	Novo Plano	Dianópolis	26
Água Fria	Tocantínia	27	Onalício Barros	Caseara	132
Água Fria II	Tocantínia	109	Padre Josimo I e II	Nova Rosalândia	162
Alegre	Araguaína	49	Pau D'arco	Porto Nacional	44
Alegria	Pium	11	Penha	Peixe	325
Amarrio	Monte do Carmo	37	Pericatu	Pium	91
Amigos da Terra	Darcinópolis	153	Pindorama I	Pindorama do Tocantins	32
Araguaminas	Araguaína	35	Piracema	Marianópolis do Tocantins	200
Baião	Chapada da Natividade	46	Poço Azul	Fátima	36
Bananal	Peixe	45	Primogênito	Novo Acordo	63
Baronesa	Abreulândia	41	Principado do Carmo	Monte do Carmo	87
Barra Bonita	Carmolândia	76	Progresso II	São Valério da Natividade	39
Barra do Rio Arraias	Babaçulândia	24	Recreio	Filadélfia	41
Barranco do Mundo	Pium	54	Retiro	Porto Nacional	9
Barreirinho	Abreulândia	26	Retiro II	Filadélfia	24
Bela Vista	Dianópolis	29	Reunidas	Aragominas	388
Bom Jesus	Santa Rosa do Tocantins	58	Revolução	Chapada da Natividade	30
Brejão	Filadélfia	20	Riachinho	Riachinho	74
Buritirana	Caseara	29	Santa Luzia	Palmeiras do Tocantins	46
Cajueiro	Darcinópolis	36	Santa Marta	Piraquê	72
Califórnia	Caseara	65	Santa Tereza I	Ponte Alta do Tocantins	47
Canoa	Riachinho	129	Santa Tereza II	Silvanópolis	85
Capelinha	São Valério da Natividade	22	Santo Antônio	Porto Nacional	68
Capivara	Porto Nacional	44	Santo Onofre	Ponte Alta do Tocantins	36
Carajás	Santa Rosa do Tocantins	30	São Bento I	Monte do Carmo	50
Casa do Morro	Riachinho	61	São Francisco de Assis	Cristalândia	48
Chapada Vermelha	Cristalândia	34	São João	Palmas	102
Chobó	Chapada da Natividade	35	São José I	Peixe	128
Colorado	Riachinho	73	São Judas Tadeu	Santa Rita do Tocantins	155
Córrego Fundo	Monte do Carmo	63	São Luiz	São Valério da Natividade	85
Coruja	Araguaína	16	São Miguel	Taguatinga	55
Costa Rica	Wanderlândia	148	São Paulo	Darcinópolis	117
Cristal	Cristalândia	63	São Pedro	São Valério da Natividade	54
Destilaria	Darcinópolis	48	São Salvador	Porto Nacional	18
Duas Cabeceiras	Babaçulândia	27	Serra do Taquaruçu	Palmas	22
Entre Rios	Palmas	104	Sertãozinho	Sucupira	26
Estrela	Wanderlândia	34	Sítio	Palmas	52
Extrema	Riachinho	68	Surubim	Ipueiras	8
Firmeza	Chapada da Natividade	25	Tabuleiro	Filadélfia	12

Continua...

...continuação.

Projeto de Assentamento	Município	Número de famílias	Projeto de Assentamento	Município	Número de famílias
Firmeza I	Pindorama do Tocantins	122	Terra Prometida	Porto Nacional	36
Floresta	Pium	49	Terra Vermelha	Monte do Carmo	32
Força da Esperança	Monte do Carmo	40	Toledo II	Pium	30
Formosa	Darcinópolis	55	Três Lagoas	São Valério da Natividade	33
Ipê Amarelo	Wanderlândia	37	Tucumirim	Piraquê	89
Irmã Adelaide	Miracema do Tocantins	103	Turrão	Babaçulândia	28
Jacubinha	Natividade	64	União II	Caseara	25
Lago Verde	Santa Rita do Tocantins	81	Universo	Miracema do Tocantins	28
Macaúba	Pium	111	Ventura	Piraquê	158
Malhada da Pedra	Monte do Carmo	61	Veredão	Palmas	27
Manchete	Marianópolis do Tocantins	396	Virgínia	Cristalândia	37
Mantiqueira	Piraquê	58	Vitória III	Dianópolis	27
Matão	Porto Nacional	22	Zé Pereira	Porto Nacional	40
Morro das Neves	Monte do Carmo	18	Zumbi dos Palmares	Silvanópolis	9

Fonte: elaboração das autoras, INCRA (2019).

Source: author's elaboration, INCRA (2019).

Quadro 2: Projetos de assentamento inseridos em área potencial de ecoturismo - categoria Turismo de Praia.**Frame 2:** Settlement projects inserted in potential ecotourism area - Beach Tourism category.

Projeto de Assentamento	Município	Número de famílias	Projeto de Assentamento	Município	Número de famílias
Almecegas	Porto Nacional	39	Limeira	Xambioá	77
Alto Alegre	Couto Magalhães	40	Loroty	Lagoa da Confusão	315
Araguaia	Caseara	59	Muiraquitan	Goianorte	121
Araguaia I	Formoso do Araguaia	250	Nova Canaã	Araguacema	96
Barra do Lontra	Xambioá	40	Paciência	Palmeirante	54
Barroca	Caseara	32	Pindorama	Pau D'arco	22
Bom Sucesso	Porto Nacional	32	Recanto	Xambioá	67
Bonanza	Couto Magalhães	31	Remansinho	Tupiratins	211
Caçador	Xambioá	83	Santa Clara	Araguacema	227
Campo da Missa	Couto Magalhães	30	Santa Clara II	Araguacema	10
Cocal II	Couto Magalhães	30	Senhor do Bonfim	Couto Magalhães	29
Da Mata	Araguacema	78	Tarumã	Araguacema	185
Dois Riachos	Pau D'arco	109	Transaraguaia	Araguatins	38
Estrela do Araguaia	Caseara	59	Vale do Bananal	Couto Magalhães	24
Grota do Lage	Xambioá	97	Vale dos Barreiras	Juarina	34
Inhuma	Araguaína	111	Vitória Régia	Aragominas	186
Juarina	Bernardo Sayão	654			

Fonte: elaboração das autoras, INCRA (2019).

Source: author's elaboration, INCRA (2019).

Em Unidades de Conservação no Estado do Tocantins, 53 projetos de assentamentos (15,3% do total) com 4.185 famílias (Figura 3) se localizam dentro ou são circunvizinhas, sendo 47 projetos de assentamentos com 3.166 famílias em UC de uso sustentável (Quadro 3).

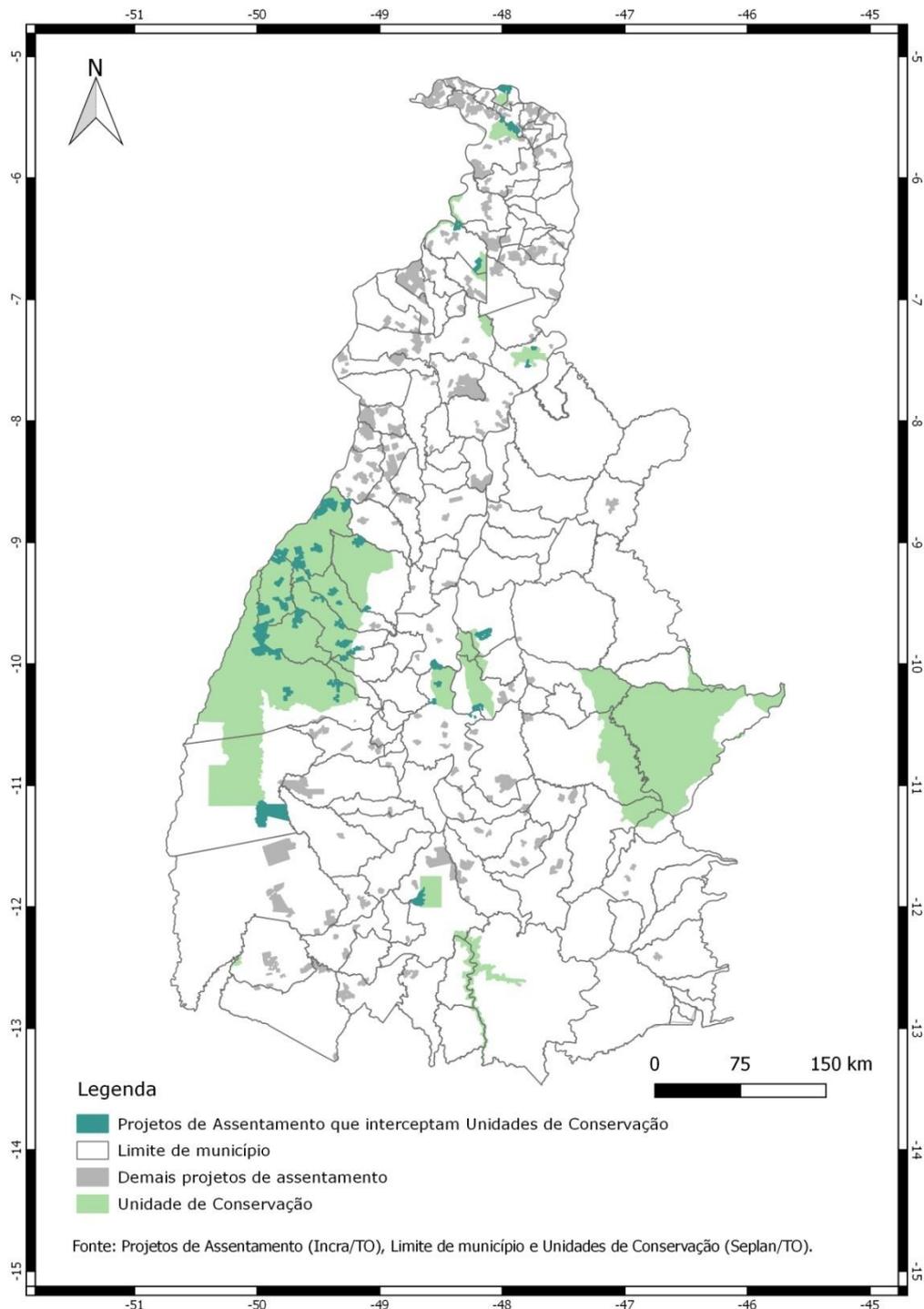


Figura 3. Projetos de assentamento localizados em regiões de Unidades de Conservação (Sistema de coordenadas geográficas, Datum SIRGAS 2000).

Figure 3. Settlement projects located in regions of Conservation Units (Geographic coordinate system, Datum SIRGAS 2000).

Fonte: elaboração das autoras, (2019).

Source: author's elaboration, (2019).

Quadro 3: Projetos de assentamento localizados em regiões de Unidades de Conservação.
Frame 3: Settlement projects located in regions of Conservation Units.

Projeto de Assentamento	Número de famílias	Unidade de Conservação	Categoria	Domínio
Professora Djanira	45	APA do Rio Taquari	Uso Sustentável	Municipal
Solidário	36	APA do Rio Taquari	Uso Sustentável	Municipal
Três Irmãos	170	APA do Rio Taquari	Uso Sustentável	Municipal
São José I	128	APA Foz do Rio Santa Tereza	Uso Sustentável	Estadual
1º de Maio	97	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
25 de Março	32	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Araguaia	59	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Baronesa	41	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Barranco do Mundo	54	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Barreirinho	26	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Barroca	32	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Brejo do Campo	19	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Buritirana	29	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Cabeceira do Prata	9	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Caiapozinho	19	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Califórnia	65	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Consolação	50	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Da Mata	78	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Estrela do Araguaia	59	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Grota de Pedra	46	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Muiraquitan	121	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Mulher Cidadã	29	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Nova Canaã	96	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Pericatu	91	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Piedade	29	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Piracema	200	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Rio Prata	60	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual

Continua...

...continuação.

Projeto de Assentamento	Número de famílias	Unidade de Conservação	Categoria	Domínio
Salomira	115	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Santa Clara	227	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Santa Clara II	10	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Santa Julia	25	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Tarumã	185	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Toledo I	34	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Toledo II	30	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
União II	25	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Vargem Dourada	71	APA Ilha do Bananal/Cantão	Uso Sustentável	Estadual
Capivara	44	APA Lago de Palmas	Uso Sustentável	Estadual
Irmã Adelaide	103	APA Lago de Palmas	Uso Sustentável	Estadual
Terra Prometida	36	APA Lago de Palmas	Uso Sustentável	Estadual
Limeira	77	APA Lago de Santa Isabel	Uso Sustentável	Estadual
Mantiqueira	58	APA Sapucaia	Uso Sustentável	Municipal
Santa Marta	72	APA Sapucaia	Uso Sustentável	Municipal
Água Fria	27	APA Serra do Lajeado	Uso Sustentável	Estadual
Água Fria II	109	APA Serra do Lajeado	Uso Sustentável	Estadual
São João	102	APA Serra do Lajeado	Uso Sustentável	Estadual
Recreio	41	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	Proteção Integral	Estadual
Retiro II	24	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	Proteção Integral	Estadual
Macaúba	111	Parque Estadual do Cantão	Proteção Integral	Estadual
Manchete	396	Parque Estadual do Cantão	Proteção Integral	Estadual
Onalício Barros	132	Parque Estadual do Cantão	Proteção Integral	Estadual
Loroty	315	Parque Nacional do Araguaia	Proteção Integral	Federal
Cupim	67	Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins	Uso Sustentável	Federal

Fonte: elaboração das autoras, INCRA (2019).

Source: author's elaboration, INCRA (2019).

Discussão

Considerando tanto a região com potencial turístico definido pelo ZEE quanto à região de UC, 159 projetos de assentamento, que perfazem 45,8% do total de projetos de assentamento do Estado do Tocantins, podem se beneficiar da geração de emprego e renda advindos de atividades relacionadas ao ecoturismo.

A utilização do ZEE como meio de organização do território, especificando os potenciais de determinada região se mostra ferramenta útil no planejamento de ações já que, dentre seus objetivos estão a organização, de maneira integrada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto aos planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas (BRASIL, 2002).

A oportunidade do ecoturismo como atividade geradora de renda em projetos de assentamento se contrapõe a pouca execução dessa atividade. Apesar dos benefícios advindos do ecoturismo, não se nega, entretanto, a dificuldade em efetivá-lo.

De acordo Campos Filho *et al.* (2010), entre 2007 a 2010 houve apenas 2 ocorrências relacionadas ao turismo no âmbito do Programa Terra Sol no Estado do Tocantins. O Programa Terra Sol fomenta a agroindustrialização e comercialização, na qual também apoia atividades não agrícolas, como o turismo, com os recursos aplicados de forma coletiva.

Ross e Wall (1999) relatam que o ecoturismo nem sempre é bem-sucedido na prática e que as comunidades não devem ser encorajadas a se tornarem dependentes apenas do ecoturismo: em vez disso, ecoturismo idealmente deve complementar outras atividades e ajudar diversificar uma economia.

Das e Chatterjee (2015) enumeram razões por trás dos problemas associados ao ecoturismo, tais razões podem ser consideradas no planejamento de ações de ecoturismo envolvendo projetos de assentamento, são elas: perda de receita em função de emprego e força de trabalho urbano em vez de envolvimento da comunidade do entorno; distribuição desigual de renda entre os habitantes locais; restrições no acesso às áreas turísticas; danos à plantação e pecuária por vida selvagem; aglomerações, crime, mendicância, prostituição, etc., associado ao aumento do número de turistas em pontos de ecoturismo; atitude insensível ao turista; falta de educação dos visitantes assim como dos habitantes locais e a lacuna de política em termos de planejamento deficiente e gestão imprópria e antiética do ecoturismo. Aliado a problemas sociais e econômicos, o ecoturismo pode não favorecer a conservação ambiental dos recursos naturais (KISS, 2004).

No caso das atividades em unidades de conservação, as pessoas locais são partes interessadas importantes, sendo assim os gestores de áreas protegidas devem integrar essas pessoas de tal forma que, eles consigam perceber mais os benefícios que a conservação pode propiciar a comunidade local, e que esse uso sustentável pode ser rentável. Se a população local garantir uma renda sustentável (um benefício econômico tangível) do ecoturismo para essas áreas protegidas, será menos provável explorá-las de outras formas menos sustentáveis. Além de o ecoturismo poder oferecer um meio pelo qual a conscientização das pessoas sobre a importância da conservação e da alfabetização ecológica pode ser levantada, sejam esses turistas ou para as comunidades locais (GOODWIN, 1996).

Assim, nota-se que o planejamento e desenvolvimento do ecoturismo em projetos de assentamento devem ser pautados com o objetivo de minimizar as limitações descritas na literatura e potencializar os ganhos.

Embora o presente estudo revele uma oportunidade para os projetos de assentamento numa escala estadual, o primeiro passo é realizar um refinamento através de levantamentos de dados no âmbito local. Esse refinamento é de extrema importância, pois avaliações ambientais inadequadas cooperam para que muitos destinos turísticos não contribuam tanto para a conservação nem para o desenvolvimento. Dessa forma, podem-se utilizar diversos métodos de avaliação,

como por exemplo, o processo analítico hierárquico (AHP) com atribuição de pesos para critérios socioeconômicos e ambientais (JEONG *et al.*, 2014).

Nas etapas de planejamento e implantação de projetos de ecoturismo a participação de diversos setores da sociedade é imprescindível, contemplando além da comunidade local, organizações não governamentais (ONG) e instituições públicas. Diversos grupos de interesse dentro de uma comunidade, incluindo mulheres e jovens, também devem ter representação na comunidade e órgãos de decisão mais amplos (SCHEYVENS, 1999).

Considerações finais

Nas últimas décadas o meio rural tem se destacado por sua diversificação, não somente no aspecto agrícola, mas também em outras áreas como do ecoturismo, que vêm sendo cada vez mais exploradas, gerando renda e este quando concebido, planejado e executado da forma correta, pode colaborar com a mitigação dos impactos ambientais e contribuir com a preservação e manutenção da biodiversidade.

Nesse sentido, considerar essa possibilidade de geração de renda dentro dos assentamentos da reforma agrária, pode se tornar mais uma estratégia na viabilização desses assentamentos. Uma vez que com essa nova configuração no meio rural, podemos explorar diversas potencialidades da área e não somente o potencial agrícola, que comumente seria o caminho natural a ser seguido.

Portanto, é necessário que às ações governamentais se voltem para a promoção dessas atividades na zona rural, através do fomento, desenvolvimento e estímulo das populações que habitem em regiões que apresentem esse potencial, aumentando a autoestima do homem do campo e valorizando as práticas do meio rural. E isso só será possível se os governantes se sensibilizarem e perceberem que hoje o desenvolvimento agrário compreende uma pluralidade de atividades que podem ou não estar vinculada essencialmente a agricultura, mas que através de uma visão macro podem sim gerar movimento na economia local.

Enfim, espera-se que a partir deste diagnóstico, os projetos de assentamento que foram identificados como potenciais para a atividade de turismo rural sejam reconhecidos como tal, uma vez que esta atividade desenvolverá o turismo sustentável, e aliado a isso possa ocorrer desenvolvimento econômico da região. Além disso, espera-se que este trabalho sirva de modelo e ponto de partida para continuidade de trabalhos similares ao ponto de abranger mais comunidades rurais em todo o Estado do Tocantins.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro?. **Terra Livre**, n. 15, p. 87-112, 2015.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.297 de 10 de Julho de 2002**. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. **Anuário Estatístico de Turismo – 2018**. Ano base 2017. Volume 45 - 1ª Edição. Brasília. Distrito Federal. Disponível em: <www.dadosefatos.turismo.gov.br>. Acesso em 07 mar. 2019.

- CAMPOS FILHO, A.V.D.; CHAVES, I.M.F.; RANGEL, I.K.; SANTOS, R.O.; Turismo rural de base comunitária em assentamentos de reforma agrária: breve trajetória do Programa Terra Sol do Incra-Bahia. **Anais do VII Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES**. 2010. 556p.
- DAS, M.; CHATTERJEE, B. Ecotourism: A panacea or a predicament?. **Tourism Management Perspectives**, v. 14, p. 3-16, 2015.
- DETZEL, V.A.; HARDT, L.P.A.; OLIVEIRA F.; DALOTTO, R.S. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins**. Prognóstico Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins. Palmas: Seplan/GIES, 2017. vol. I., 370 p.
- GALVÃO, P.L.A.; CASTRO, C.A.T.; MARQUES, P.C.L. Multifuncionalidade no espaço rural brasileiro: o turismo na região vinícola do Vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.2, mai/jul 2018, pp.179-205.
- GOODWIN, H. In pursuit of ecotourism. **Biodiversity & Conservation**, v. 5, n. 3, p. 277-291, 1996.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dados do Incra Tocantins**. Disponível em <www.incra.gov.br>. Acesso em 06 set. 2018.
- JEONG, J. S.; GARCÍA-MORUNO, L.; HERNÁNDEZ-BLANCO, J.; & JARAÍZ-CABANILLAS, F.J. An operational method to supporting siting decisions for sustainable rural second home planning in ecotourism sites. **Land use policy**, v. 41, p. 550-560, 2014.
- KISS, A. Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds?. **Trends in ecology & evolution**, v. 19, n. 5, p. 232-237, 2004.
- LINDBERG, K.; HAWKIN, D. E. **Ecoturismo um guia para planejamento e gestão**. Editora SENAC. São Paulo, SP. 2001, 289p.
- MATTEI, L; CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. Turismo rural e ocupações rurais não agrícolas: o caso de Santa Catarina. In: **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Embrapa. Brasília, DF. 2004. v.6. cap.6.
- MTUR - Ministério do Turismo. **Glossário do turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos – 1ª edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. 44 p.
- QGIS Development Team, 2014, **Q GIS Geographic Information System**, version 2.4. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: www.qgis.osgeo.org. Acesso em: 25 jan. 2019
- RODRIGUES, J.M. Ecoturismo e Assentamento: uma agenda sustentável para trabalhadores rurais em Padre Bernardo –GO. **Monografia** (especialização). Universidade de Brasília, 2004. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2004.
- ROSS, S.; WALL, G. Ecotourism: towards congruence between theory and practice. **Tourism management**, v. 20, n. 1, p. 123-132, 1999.
- RUSCHANN, D.M. **Turismo e planejamento** sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP. Papirus. 2001. 199p.

SANTOS, C.N.; THOMAZ, R.C.C. Cultura e turismo no espaço rural: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.5, nov-2013/jan-2014, pp.958-971

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism management**, v. 20, n. 2, p. 245-249, 1999.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

STRENZEL, M. M; RAMPELOTTO, E. M. Potencial Ecoturístico do Município de Agudo-RS. Monografia Ambientais. **REMOA** (Revista Eletrônica do Curso de Especialização em Educação Ambiental da UFMS), v. 6 , nº 6, p.1263–1297, mar/2012. Disponível em: <www.ufsm.br/remoa>. Acesso em 25 fev. 2019.

TIES – The International Ecotourism Society. **What is ecotourism?**. Disponível em: <www.ecotourism.org/what-is-ecotourism/>. Acesso em 25 fev. 2019.

Agradecimentos

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Tocantins.

Resumo apresentado anteriormente no XII Conecotur – Congresso Nacional de Ecoturismo, 2019, Porto Nacional/TO.

Gisele Milaré: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Palmas, TO, Brasil

E-mail: gisele.milare@pmj.incra.gov.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0179642788613066>

Lícia Priscila Nogueira Azevedo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Palmas, TO, Brasil

E-mail: liciapriscila.floresta@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7306317266542732>

Stella Costa Santos do Vale: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Palmas, TO, Brasil

E-mail: stella.santos@pmj.incra.gov.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2300189452925244>

Data de submissão: 09 de março de 2019

Data de recebimento de correções: 27 de maio de 2020

Data do aceite: 27 de maio de 2020

Avaliado anonimamente